

## **Educação Sexual no contexto do Estado laico brasileiro: algumas considerações**

### **Sexual Education in the context of the Brazilian Laic State: some considerations**

Maria Adriana Santos Carvalho<sup>1</sup>  
Aline Andréia Nicolli<sup>2</sup>

**Resumo:** Os temas relacionados à sexualidade envolvem questões de ordem biológica, cultural e social. A compreensão da sexualidade em suas diversas dimensões se faz importante como forma de ampliar os estudos no campo da Educação Sexual e a sua efetivação no ambiente escolar. No entanto, a consolidação deste campo do conhecimento enfrenta muitos desafios na atualidade, incluindo a interferência de setores religiosos que têm disputado espaço nas decisões quanto à formulação das políticas educacionais curriculares. Assim, este trabalho teve como objetivo problematizar a Educação Sexual no contexto do Estado laico brasileiro, seus desafios e contradições diante de mobilizações políticas e discursivas de setores religiosos e conservadores.

**Palavras-chave:** Laicidade do Estado. Sexualidade. BNCC.

**Abstract:** The themes related to sexuality involve biological, cultural and social issues. The understanding of sexuality in its various dimensions is important as a way to expand studies in the field of Sexual Education and its implementation in the school environment. However, the consolidation of this field of knowledge faces many challenges today, including the interference of religious sectors that have disputed space in decisions regarding the formulation of curricular educational policies. Thus, this work aimed to problematize Sexual Education in the context of the Brazilian laic state, its challenges and contradictions in the face of political and discursive mobilizations of religious and conservative sectors.

**Keywords:** State Secularism. Sexuality. BNCC.

### **Introdução**

Apesar de importante e necessária a efetivação da Educação Sexual, em ambiente escolar, representa ainda muitos desafios e dificuldades para os profissionais da educação (MOREIRA; FOLMER, 2015). Dentre os principais desafios, podemos destacar a falta de uma legislação específica que regulamente a abordagem da Educação Sexual no contexto escolar, as deficiências formativas e a falta de apoio institucional aos professores ante o fato de o tema ainda ser considerado um tabu fazendo com que muitos docentes encontrem barreiras nas próprias convicções religiosas para a abordagem das questões que envolvem a sexualidade (BARBOSA et al., 2019; SILVA, 2020). Além disso, na atualidade também nos

---

<sup>1</sup>Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Rede Amazônica em Educação em Ciências e Matemática – PPGECM/REAMEC. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. E-mail: [maria.santos@ifto.edu.br](mailto:maria.santos@ifto.edu.br)

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Universidade Federal do Acre. E-mail: [aline.nicolli@ufac.br](mailto:aline.nicolli@ufac.br)

deparamos com outros entraves que afetam as ações de Educação Sexual nas escolas e que têm como contexto as disputas político ideológicas.

Como dito anteriormente, a consolidação da Educação Sexual como um campo disciplinar teve como pano de fundo uma série de polêmicas e debates, que ainda se fazem presentes e contam com a participação de vários atores, dentre eles estão os setores conservadores, que pretendem fazer avançar um movimento de interferência em questões de competência da esfera pública. Considerando apenas o caráter político das questões de gênero e da sexualidade, estes grupos têm cada vez mais se mobilizado em uma disputa por espaços dentro do campo da Educação Sexual, inclusive no que diz respeito às políticas curriculares (LOURO, 2014) de tal forma que, podemos destacar, por exemplo, as interferências de setores religiosos, principalmente católicos e evangélicos pentecostais, que resultaram na exclusão dos temas relacionados à sexualidade e gênero da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Plano Nacional da Educação vigente (PNE 2014 a 2024).

As recentes influências de grupos conservadores nas políticas educacionais brasileiras no que se refere à abordagem da sexualidade nas escolas públicas apontam para uma contradição, visto que em um Estado laico, a educação pública não deve ceder a visões de mundo baseadas em valores religiosos, sendo a laicidade o fator que garante a igualdade e a não discriminação. Assim, este trabalho teve como objetivo problematizar a Educação Sexual no contexto do Estado laico brasileiro, seus desafios e contradições diante de mobilizações políticas e discursivas de grupos religiosos que, cada vez mais, avançam no sentido de tentar promover um silenciamento da escola quanto às questões da sexualidade e de gênero.

## **1. Sexualidade e Educação**

A sexualidade é um tema complexo e tem sofrido várias e profundas mudanças em seu conceito ao longo do tempo, em conformidade com as transformações ocorridas na sociedade. Constitui, portanto, um conceito multidimensional, que vai muito além dos conhecimentos relacionados à reprodução humana, perpassando pelo contexto histórico e social (ZOMPERO et al., 2018), sendo essencial ao ser humano.

Podemos dizer que a sexualidade é um termo atribuído aos aspectos da vida humana que reúnem elementos relacionados às sensações corpóreas, subjetivas e emocionais, tais como o prazer, o toque, o sexo, a afetividade, sentimentos, mas também deve envolver os aspectos das diversidades cultural e religiosa, os valores e as discussões acerca da igualdade de gênero (FIGUEIRÓ, 2009; MAIA et al., 2009; MAIA, 2010). Assim, ela é “condicionada por fatores biológicos, culturais e sociais e está relacionada ao exercício da cidadania, incluindo o respeito a si próprio e aos outros” (ZOMPERO et al., 2018, p. 102).

Louro (2014), ao discutir acerca dos temas gênero, sexo e sexualidade, destaca que é muito importante posicionar este debate no campo social, pois, é nele que se constroem e se reproduzem as relações de desigualdade entre os sujeitos, que somente podem ser explicadas pelos arranjos sociais e pela história e não devem ser buscadas nas diferenças biológicas, visto que estas também não podem ser compreendidas fora da sua constituição social.

Weeks (1993 *apud* Louro, 2014, p. 30) afirma que a “sexualidade tem tanto a ver com as palavras, as imagens, o ritual e a fantasia como com o corpo”. Desta forma, fundamentado na posição de vários outros estudiosos do assunto, o autor afirma ser impossível compreender a sexualidade apenas do ponto de vista de seus componentes naturais, pois estes apenas fazem sentido quando considerados “processos inconscientes e formas culturais” (WEEKS, 1993 *apud* Louro, 2014, p. 30).

Assim, podemos considerar que a sexualidade é construída socialmente a partir dos múltiplos discursos sobre o sexo, podendo os sujeitos exercerem a sua sexualidade de diferentes maneiras, de forma a viver seus desejos e prazeres corporais de diversas formas (LOURO, 2014). Para Figueiró (2009), por serem histórica e socialmente construídas, as

normas referentes à sexualidade são passíveis de mudanças e devem estar sempre pautadas em leituras, estudos e debates que busquem mudanças nas normas que são opressoras ou discriminatórias em relação aos diferentes modos de se viver a sexualidade.

Para Louro (2014), apesar da relevância dos temas relacionados às questões de gênero e sexualidade no âmbito educacional, tanto nas políticas curriculares quanto nas práticas pedagógicas, eles ainda estão restritos a um campo disciplinar, a chamada Educação Sexual.

Inicialmente, importa dizer que, além do termo “Educação Sexual”, que será, neste texto, o utilizado, em diferentes pesquisas, diretrizes e outros documentos educacionais é possível encontrar uma multiplicidade de expressões para designar este campo, tais como orientação sexual, educação em sexualidade, educação para a sexualidade, dentre outros. De acordo com Ribeiro (2017), o termo Educação Sexual era utilizado nas áreas da Medicina e da Educação nas primeiras décadas do século XX numa perspectiva higienista, sendo corrente entre educadores até a década de 1970. A partir do final desta década surge o termo Orientação Sexual, sendo utilizado principalmente na psicologia, nos estudos da Sexualidade. Porém, nos anos 2000, com maior visibilidade do movimento LGBT, houve uma ampliação conceitual, surgindo os termos Educação Afetivo-Sexual, Educação para a Sexualidade, Educação em Sexualidade, sendo que este último é o adotado pela UNESCO.

Apesar da grande variedade terminológica e das controvérsias a respeito do seu uso, Ribeiro (2017, p. 12) afirma que “não é o termo em si que vai mudar o ponto de vista, questionar valores. Se a ideologia dominante em um determinado campo do saber for conservadora, normatizadora, independentemente do termo empregado, sua prática também o será”. Portanto, embora muitos pesquisadores e educadores na atualidade preferirem os termos “Educação para a Sexualidade” ou “Educação em Sexualidade”, alguns autores ainda optam por utilizar “Educação Sexual”. Ribeiro (2017, p. 12), por exemplo, ao justificar a sua predileção por esta terminologia justifica que ele “é mais conhecido, popularmente enraizado e define bem tanto um campo de intervenção pedagógica quanto área de ciência educacional”. Assim, a Educação Sexual é fundamental na formação do educando, devendo ir muito além dos temas relacionados à reprodução humana, de forma a perpassar a abordagem de conteúdos que levem os estudantes a desenvolverem habilidades que os possibilitem tomadas de decisão conscientes e éticas (BARBOSA et al., 2019), sendo sujeitos da sua própria sexualidade com liberdade, mas também com responsabilidade (FIGUEIRÓ, 2009).

Além disso, segundo Louro (2014) algumas questões têm permeado os debates em torno da Educação Sexual, ao longo da história, vejamos: A Educação Sexual é uma questão a ser tratada apenas pela família ou a escola deve participar? Falar sobre sexualidade pode incitar precocemente os/as jovens? No âmbito escolar, estas questões devem ser tratadas em uma disciplina específica ou compartilhada pelas várias disciplinas? Deve ter caráter obrigatório e em horário regular ou deve ser opcional e extraclasse? Qual deve ser a formação exigida para os/as docentes incumbidos das atividades relacionadas à Educação Sexual? Quanto ao seu caráter, deve ser informativo, preventivo, orientador ou moralizante?

Da mesma forma, a construção deste campo, segundo a autora, envolve uma longa história, marcada por polêmicas, lutas, avanços e retrocessos, na qual vários grupos têm se mobilizado para fazer valer seus diferentes pontos de vista a respeito das decisões que envolvem a viabilidade de existência desta área, sobre o que a constitui e, ainda, sobre quais profissionais têm autoridade ou legitimidade sobre ela.

Isto posto, a seguir destacaremos alguns marcos na história da Educação Sexual no Brasil, apontados por Ribeiro (2017) como relevantes. No final do século XIX, estudos envolvendo questões sexuais eram tratados quase que exclusivamente em teses nas faculdades de medicina e nas primeiras décadas do século XX houve uma ampla produção de livros sobre sexualidade e Educação Sexual, publicados por profissionais da medicina. Nos anos 1960, a abordagem da temática continua sendo restrita aos médicos, que também atuavam nas

escolas normais como professores. Nesta década, destacaram-se as primeiras experiências exitosas de Educação Sexual nas escolas. Nos anos 1970 e 1980 surgiram associações científicas na área da sexologia, mas agora incluindo a participação de psicólogos e educadores, além dos médicos. Nos anos 1990 houve a criação dos grupos de pesquisa nas universidades, consolidando o campo sexual enquanto área reconhecida de estudo na década seguinte e possibilitando práticas de Educação Sexual nas escolas de Ensino Fundamental e Médio.

Apesar da ausência de uma legislação que regulamenta a questão da sexualidade e da Educação Sexual nas escolas brasileiras, alguns documentos educacionais orientam a sua inserção, tendo havido avanços e retrocessos no processo de elaboração e reformulação destes documentos norteadores. Dentre estes documentos podemos destacar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os Planos Nacionais de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BARBOSA et al., 2019).

A partir das discussões sobre os temas relacionados à sexualidade no âmbito do Ministério da Educação ao longo da década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) propuseram que a Orientação Sexual fosse incluída como um dos temas transversais. O documento tinha um caráter orientador e buscava promover as discussões dos agentes escolares, pais e responsáveis na sistematização de práticas pedagógicas e na abordagem das questões relacionadas à sexualidade (BARBOSA et al., 2019). Figueiró (2009) afirma que por meio dos PCN, muitos profissionais da Educação puderam conhecer melhor a importância do papel que as escolas devem desempenhar em relação à Educação Sexual. A autora destaca que, ao propor a abordagem do tema numa perspectiva transversal, o documento esclarece que o assunto não deve mais ser restrito às áreas de Ciências e Biologia, mas deve ser preocupação de todas as disciplinas escolares.

Os PCN foram importantes para a inserção dos temas gênero e sexualidade na educação, descentralizando os temas e incentivando abordagens mais pluralistas e interdisciplinares (BARBOSA et al., 2019; ALMEIDA, 2011). No entanto, embora o documento tenha contribuído para a retomada das discussões sobre a Educação Sexual e sua inserção nas escolas, Monteiro e Ribeiro (2018) destacam que não houve uma resposta efetiva das escolas para a sua implementação. Para Ribeiro (2017), faltou incentivo do governo federal, que apesar de ter reconhecido a necessidade de se trabalhar as questões relacionadas a gênero e sexualidade nas escolas, não ofereceu contrapartida para que estas ações ocorressem em ampla escala, como por exemplo, um investimento na formação docente para a Educação Sexual.

Além dos PCN, é importante mencionar o destaque dado à Educação Sexual no Plano Nacional da Educação (PNE), que determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional. Na versão que vigorou de 2001 a 2010, a temática de gênero e Educação Sexual aparece nos objetivos e metas para os cursos de formação docente, embora não tenham sido efetivamente colocados em prática. As discussões posteriores, que ocorreram em 2009 na Conferência Nacional de Educação (Conae) para a elaboração de um novo PNE, também incluíram a temática no eixo Educação e Diversidade, porém na versão atual (PNE 2014-2024) as questões de gênero e sexualidade não foram sequer citadas (BARBOSA et al., 2019).

Por fim, vale destacar que na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual teve três versões antes de sua homologação em 2018, o tema sexualidade está restrito à disciplina de Ciências do Ensino Fundamental, sendo contemplado apenas no oitavo ano e dando ênfase à reprodução humana e prevenção de doenças (BRASIL, 2018). Além disso, o documento retirou o tema Orientação Sexual do rol de temas transversais, que passaram a ser denominados Temas Contemporâneos Transversais. Apesar de destacar a valorização e o respeito às diferenças, remetendo ao combate à discriminação, o documento não contempla a questão da sexualidade de maneira específica nos objetos de conhecimento e nas habilidades.

A ausência das temáticas gênero e sexualidade nos documentos citados tem sido alvo de muitas críticas por parte de especialistas, por considerarem que a retirada destes conteúdos em documentos que orientam a elaboração de currículos em todo o território nacional, como é o caso da BNCC, representa um retrocesso, pois se contrapõe à perspectiva de uma educação inclusiva e pautada nos direitos humanos (GROFF; MAHEIRIE; MENDES, 2015). Para muitos autores, este processo evidencia a influência de setores religiosos fundamentalistas, que contam com representantes no Congresso Nacional (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2020; SILVA, 2020; SEVILLA; SEFFNER, 2017; SILVA et al., 2019). No próximo tópico iremos abordar mais especificamente sobre a força destes movimentos religiosos e sua interferência nos documentos educacionais no que diz respeito à Educação Sexual e de como este processo representa uma contradição à laicidade do Estado brasileiro.

## **2. Educação Sexual e a Laicidade do Estado**

Ao longo da consolidação da Educação Sexual como um campo disciplinar, Louro (2014) enfatiza a participação de vários personagens, dentre eles os setores conservadores, que entendem o caráter político que têm as relações de gênero e sexuais, levando-os a disputar os espaços em que a Educação Sexual possa ser construída. Por este motivo, as políticas curriculares, como mencionamos no tópico anterior, são alvo da atenção de tais setores, com o objetivo de promover uma regulamentação e orientação das crianças e jovens dentro dos padrões morais e religiosos que consideram aceitáveis. Weeks (1993) apud Louro (2014) enfatiza que este processo tem ocorrido em vários países e observa que a política sexual tem sido fundamentada em um conjunto de “pressupostos arraigados da tradição sexual: o sexo como perigo e ameaça, mais do que como oportunidade” (p. 134).

Outro aspecto observado por Louro (2014) sobre a participação dos grupos conservadores é a negação a respeito do papel da escola na promoção da Educação Sexual, pois entendem que nela estão embutidas escolhas morais e religiosas, cabendo à família abordar estes assuntos. Para a autora, a pressão promovida por estes grupos tem como objetivo promover um silenciamento, por acreditarem que se a escola não mencionar estes assuntos ou problematizar estas questões com os estudantes, possivelmente elas não farão parte do cotidiano escolar. No entanto, ela enfatiza que as questões referentes à sexualidade não desaparecerão simplesmente se não falarmos sobre elas, pois elas fazem parte da escola, nas conversas, brincadeiras, namoros, das falas e atitudes dos estudantes, professores e demais agentes escolares.

Um ponto relevante a ser discutido quanto à esta visível influência religiosa nas políticas curriculares no sentido de conter ou silenciar as questões relacionadas à gênero e sexualidade no âmbito escolar, é o fato de que este movimento constitui mais um elemento de ataque ao Estado Laico brasileiro. Essas ações refreadoras, baseadas em princípios morais religiosos, especialmente das confissões cristãs, chocam com os princípios da laicidade do Estado. Ao utilizar convicções religiosas como requisito para a inclusão ou exclusão de determinados assuntos no currículo e nas ações escolares, renunciamos aos critérios científicos em detrimento de convicções pessoais, que nem sempre vão de encontro com as propostas de uma educação cidadã e que promova a igualdade, assim como preconiza a própria legislação e as diretrizes curriculares vigentes.

Aqui vale tecer algumas considerações acerca da própria definição de Estado laico e de sua importância para a garantia das liberdades individuais e para os direitos humanos, onde se enquadra também as questões de gênero e sexualidade e o importante papel da escola neste contexto. O que caracteriza um Estado laico é justamente a separação entre o Estado e as religiões. Para Fischmann (2008), em um Estado laico defende-se a liberdade de consciência, crença e de culto. Sendo assim, a defesa da laicidade do Estado é também uma defesa da tolerância, da democracia e dos direitos humanos, pois o caráter laico é considerado

expansivo e não restritivo, ou seja, tem como objetivo a liberdade religiosa e a abolição de qualquer forma de discriminação quanto ao modo de crer ou de não crer dos cidadãos. De acordo com Lafer (2018), a laicidade está na base do princípio da tolerância, que advém do processo de democratização da sociedade, o qual traz a exigência da liberdade de opinião.

Fischmann (2009), ao tratar de aspectos que demonstram a relevância da laicidade do Estado no campo social e dos direitos humanos, menciona o tema das relações homoafetivas e os arranjos familiares e o tema dos direitos sexuais e reprodutivos, com suas repercussões para a saúde pública, os direitos das mulheres e a descriminalização do aborto. Desta forma, entendemos que quando inseridos em ações de Educação Sexual, estes assuntos devem ser tratados na perspectiva da laicidade e não a partir de princípios religiosos, que mais têm a ver com a individualidade de cada pessoa e não podem ser extrapolados para as políticas públicas. Sobre isso, Seffner e Santos (2012), em um estudo que trata do Ensino Religioso no interior do Estado Laico, chamam a atenção para o fato de que cada vez mais temos uma escola pública que abriga um público extremamente diverso em termos de gênero, organização familiar, orientação sexual e pertencimento religioso. Portanto, as escolas públicas dentro de um Estado laico não podem se submeter a um projeto reacionário de educação, justamente para que possam cumprir seu papel na rejeição de preconceitos de qualquer natureza.

Discutimos anteriormente a supressão ou retirada da expressão “Orientação Sexual” de várias passagens do texto da BNCC, assim como a exclusão deste tema do rol dos temas transversais contemporâneos que devem ser abordados ao longo da educação básica. De acordo com o Observatório da Laicidade do Estado (OLÉ), a demanda dessa castração observada nas políticas curriculares partiu dos dirigentes de igrejas cristãs, principalmente da católica e das evangélicas pentecostais. Mas esta não é uma ação isolada, ela ilustra a presença marcante de um forte ativismo religioso, que utiliza de artefatos teóricos para uma mobilização política e interferência nas questões de competência da esfera pública, conforme observa Junqueira (2018). O autor também enfatiza que nestas ofensivas reacionárias:

[...] engajam-se setores e grupos interessados em promover uma agenda política moralmente regressiva, especialmente (mas não apenas) orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos “não negociáveis” [...] (JUNQUEIRA, 2018, p. 451).

O autor também alerta que esta mobilização política e discursiva busca “a reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita “primazia dos pais” na formação moral e sexual dos filhos, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual” [...] (JUNQUEIRA, 2018, p. 451). Percebemos que todas estas pautas defendidas por estes grupos de viés conservador e ligado a instituições religiosas cristãs e predominantes, implicam em obstáculos para o campo da Educação Sexual e para a sua efetiva aplicação nas escolas públicas, pois postulam que se prevaleçam visões de mundo e valores pautados em marcos morais, crenças religiosas e posições intransigentes e autoritárias, o que é incompatível com a educação pública em um Estado laico.

### **Considerações Finais**

As discussões apresentadas neste trabalho evidenciam a importância da consolidação de uma Educação Sexual escolar que vá além dos aspectos biológicos da reprodução humana e da prevenção de doenças, mas que permita aos estudantes o desenvolvimento de habilidades e valores éticos para atuarem como cidadãos em um mundo marcado pela diversidade, que façam escolhas conscientes e saibam conviver com as diferenças tão marcantes no ambiente escolar, seja quanto à religião, orientação sexual, arranjos familiares, dentre outros aspectos.

A partir do aporte teórico aqui analisado, também evidenciamos os desafios enfrentados na efetivação da Educação Sexual nas escolas, seja pela falta de uma legislação específica e de políticas voltadas para a formação de professores, dificultando a abordagem dos assuntos relacionados à sexualidade, seja pelo crescente movimento político e ideológico com base nas demandas de setores religiosos e conservadores que vêm cada vez mais disputando espaço nas decisões acerca da abordagem destas temáticas no ambiente escolar. Estes grupos têm influenciado decisões quanto às políticas curriculares, como é o caso da BNCC, que reduziu a Educação Sexual a raras passagens no texto, dando pouca ênfase à importância desta temática.

Estes movimentos políticos e discursivos dos setores religiosos, amparados por representantes no poder legislativo, demonstram uma forte tendência, observada também em outros campos, de romper com os princípios da laicidade do Estado brasileiro. Entendemos que somente na perspectiva da laicidade será possível a consolidação de uma Educação Sexual comprometida com o campo social, com os princípios constitucionais da igualdade e da não discriminação.

Neste sentido, faz-se necessário destacar a importância dos professores enquanto profissionais responsáveis pela condução das práticas pedagógicas em sala de aula e forças de resistência às pressões políticas e religiosas que buscam o silenciamento das questões relacionadas à sexualidade. Reiteramos a necessidade de políticas curriculares e daquelas voltadas à formação inicial e continuada que sejam pautadas na perspectiva da laicidade do Estado, para que garantam a manutenção da Educação Sexual como objeto do conhecimento nas escolas.

## Referências

ALMEIDA S. A.; NOGUEIRA, J.A.; SILVA, A.O.; TORRES, G.V. Orientação sexual nas escolas: fato ou anseio? **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v.32, n.1, p.107-113, 2011.

BARBOSA, L. U.; VIÇOSA, C. S. C. L.; FOLMER, V. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n.10, p.1-10, 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 12 jul 2022.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: em busca de mudanças. Londrina: UEL, 2009. 208p.

FISCHMANN, R. A proposta de concordata com a Santa Sé e o debate na Câmara Federal. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 107, pp. 563-583, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200013>>. Acessado 11 Julho 2022.

FISCHMANN, R. **Estado laico**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008. 44p. (Coleção Memo, v.98).

GROFF, A. R.; MAHEIRIE, K.; MENDES, P. O. S. P. A educação sexual e a formação de professores/as um convite ao dissenso. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.10, n. esp., p.1431-1444, 2015.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43. p. 449-502, 2018.

LAFER, C. Desafios da laicidade no mundo contemporâneo. *In*: BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. **Estado Laico, intolerância e diversidade religiosa no Brasil: pesquisas, reflexões e debates**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. p. 10-19.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 184p.

MAIA, A. C. B. Conceito amplo de sexualidade no processo de educação social. **Psicopedagogia On Line**, v. 1, 2010.

MAIA, A. C. B.; HEREDERO, E. S.; RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade e educação sexual na formação do professor de ensino fundamental na Espanha: notas preliminares de pesquisa. **CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES**, 10., 2009, Águas de Lindóia. Formação de Professores e a Prática Docente: os dilemas contemporâneos... São Paulo: UNESP; PROGRAD, 2009. p. 9188-9199 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/139825>>. Acesso em: 07 jul 2022.

MONTEIRO, S. A.; RIBEIRO, P. Linguagem, comunicação e educação sexual integradas aos direitos humanos e à cidadania na escola. **Revista de Educação do Vale do São Francisco**, v.8, n.17, p.1-20, 2019.

MOREIRA B. L. R.; FOLMER, V. Percepções de professores de ciências e educação física acerca da educação sexual na escola. **Experiências em Ensino de Ciências**, v.10, n.3, p.18-30, 2015.

RIBEIRO, P. R. M. Entrevista: Educação para a Sexualidade. **Revista Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 07-15, 2017.

SEFFNER, F.; SANTOS, R. B. Ensino Religioso no interior do Estado Laico: análise e reflexões a partir do estudo de caso em três municípios gaúchos. **Notandum**, v.28, p.67-80, 2012.

SEPULVEDA, D.; SEPULVEDA, J. A. Laicidade do Estado e da educação: valorizando as discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas públicas. **Revista Retratos da Escola**, v. 14, n. 28, p. 91-105, 2020. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1107/pdf>> Acesso em: 12 jul 2022.

SEVILLA, G.; SEFFNER, F. A guinada conservadora na educação: reflexões sobre o novo contexto político e suas reverberações para a abordagem de gênero e sexualidade na escola. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11 & WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13, 2017, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <[http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499465018\\_ARQUIVO\\_textocompletofazendogeneroversaofinalgabrielasevillaefernandoseffner.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499465018_ARQUIVO_textocompletofazendogeneroversaofinalgabrielasevillaefernandoseffner.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SILVA, D. M. Gênero e orientação sexual na Base Nacional Comum Curricular. **Anais Educon**, v. 14, n. 5, p. 1-17, 2020, disponível em: <https://www.coloquioeducon.com/>. Acesso em: 12 jul 2022.

SILVA, C. S. F.; BRANCALEONI, A.N.L.; OLIVEIRA, R.R. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, 2019.

ZOMPERO, A. F.; LEITE, C. M.; GIANGARELLI, D. C.; BERGAMO, M. C. A temática sexualidade nas propostas Curriculares no Brasil. **Revista Ciências & Ideias**, v.9, n.1, p.101-114, 2018.

Recebido para publicação em 27-08-23; aceito em 28-09-23